

Assunto: Plano de saúde é obrigado a realizar cirurgia	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 5	Data: 30/01/2015



LEONARDO tentou fazer procedimento pelo Sus

Plano é obrigado a realizar cirurgia

MARÍLIA NEVES

Leonardo Tenório, 25 anos. Recepcionista. Transexual. Descobriu-se nessa condição aos 19 anos e, desde então, tenta realizar uma mastectomia, cirurgia para a retirada completa das duas mamas. Teve que enfrentar a burocracia necessária para poder concretizar um grande passo na mudança de sexo. Em sua jornada, que só está começando, ele já conseguiu abrir precedente judicial para muitas outras pessoas na mesma situação. Uma Ação Civil Pública (ACP) contra o plano de saúde Amil Assistência Médica

Internacional S.A, impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), obriga que a empresa cubra todos os procedimentos cirúrgicos indicados para manutenção da saúde física e mental dos demais clientes em tratamento da transexualidade. A notícia veio em plena semana da visibilidade transexual.

A decisão foi tomada pelo desembargador Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto, do TJPE, no processo Nº 6609-63.2014.8.17.0000. A demora até o fim do processo, negado inicialmente por juiz da 1ª instância, fez Leonardo

realizar a cirurgia pelo SUS. Nesse meio tempo, ele sofreu três crises de depressão.

Cansado de esperar, resolveu tentar realizá-la pelo plano de saúde. Cliente desde 1990, não haveria motivo para que o procedimento fosse negado, pensou. Ele buscou psiquiatra, psicólogo e endocrinologista. Em seguida, marcou consulta com cirurgiã plástica vinculada à Amil.

“Atualmente, a transexualidade é vista como patologia. O que não é verdade. Mas, para conseguir fazer a mastectomia, precisei

de pareceres médicos desses especialistas. Dei entrada no pedido e esperei 10 dias para receber o aval”, explicou.

Mas o plano negou e ele procurou o MPPE. O promotor de Justiça de Direitos Humanos da Capital, Maxwell Vignoli, o encaminhou ao promotor de Defesa do Consumidor, Mavíael de Souza. “Em audiência, o representante do plano afirmou que não autorizaria nenhum caso desses. A negativa teve um viés discriminatório. O prestador de serviço tem que cumprir seu contrato: tratar das pessoas”, explicou.

Assunto: Novos presídios	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 30/01/2015



Pedro Eurico descartou desativação das unidades de Itamaracá



UNIDADE de Araçoiaba: placa com anúncio da obra caída

Folha resume

A Secretaria-Executiva de Ressocialização informou que as quatro novas unidades em construção em Itaquitinga, Araçoiaba, Tacaimbó e Santa Cruz do Capibaribe criarão cerca de 7,5 mil vagas no sistema prisional. Hoje, há 31 mil presos e 11 mil vagas. O Governo nomeou Renato Thièbaut como interventor da unidade de Itaquitinga.



COM A CONSTRUÇÃO parada desde 2012, Centro de Itaquitinga está com ferrugem na cerca e matagal no entorno

Novos presídios já defasados

■ OS CERCA DE 7,5 mil novos postos criados nas quatro unidades não atendem ao déficit. Estado tem 31 mil presos e 11 mil vagas

DIEGO MENDES
MARCÍLIO ALBUQUERQUE
TIAGO ANDRÉ SANTOS

A criação de cerca de 7,5 mil vagas com a construção de quatro novas unidades prisionais é insuficiente para sanar a superlotação enfrentada pelo sistema prisional em Pernambuco. O Estado tem hoje 31 mil

de Ressocialização de Itaquitinga, em 2009. "Essa defasagem não ficará tão grande com o mutirão da Justiça. Cerca de 50% dos presos atuais não são sentenciados. Esse número vai reduzir, pois a maioria terá progressão de pena", disse o secretário.

No entanto, na avaliação do promotor da Vara de Execuções Penais, Marcellus Ugjetto, o quadro seria ainda mais grave. "O que os números oficiais sinalizam como 11 mil vagas disponíveis, não passaria, na verdade, de nove. Eles insistem em contar com os chamados puxadinhos, sobretudo no Complexo do Curado".

AS UNIDADES

ra - indo ao chão. Conforme a Seres, 62% das obras já estariam finalizadas, não havendo prazo estabelecido para a sua conclusão. As mais de 30 guaritas têm como exterior uma região de morros e mata fechada, podendo indicar dificuldades na visualização em caso de fugas.

Já em Araçoiaba, na Mata Norte, a placa que apontava o cronograma de execução do novo presídio foi destruída. No local, apenas um extenso matagal pode ser visto, sem ao menos sinal de terraplanagem. O passo mais recente foi a assinatura da ordem de serviço para as obras, sem cronograma esclarecido. O local terá capacidade para aproximadamen-



detentos e uma oferta de 11 mil vagas, conforme números da Secretaria-executiva de Resocialização. Se a abertura dos novos postos nos municípios de Itaqui, Araçoiaba, Tacaimbó e Santa Cruz do Capibaribe, fosse hoje, o déficit dentro das muralhas ultrapassaria 12,5 mil detentos.

Diante desse cenário, o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, já descartou, por enquanto, a desativação dos dois presídios localizados em Itamaracá, conforme previsto no anúncio da construção do Centro Integra-

Consideradas como importantes polos para sanar o problema da superlotação, as unidades de Itaqui e o local que receberá o complexo de Araçoiaba foram visitados, ontem, pela **Folha**. A primeira, na Zona da Mata Norte, teve seus trabalhos iniciados ainda em junho de 2010 e, antes mesmo de abrir as portas, já exibe traços de deterioração da estrutura física.

A detenção sente o peso do tempo de abandono, com portões e cercas enferrujados e parte das contenções de alambreado - com mais 5 m de altura

3,5 mil vagas, sendo dois pavilhões para mulheres e cinco para homens.

Tacaimbó, no Agreste, com 676 vagas, está com 80% das obras físicas prontas. Já em Santa Cruz, os serviços já foram concluídos, restando apenas a instalação dos equipamentos, segundo Pedro Eurico. "A nossa previsão é de que já no mês de abril, as cerca de 200 vagas já estejam disponíveis", assegurou o secretário.

PESSOAL

O secretário Pedro Eurico, reforçou ontem a convocação

imediate de 132 agentes penitenciários para compor o quadro nos próximos dias. Ainda assim, o déficit de servidores que fazem a segurança interna nos presídios é grande. De acordo com o MPPE, falta segurança em 60% das 240 guaritas dos 20 presídios de Pernambuco. O gestor esclareceu que está avaliando a questão financeira sobre a contratação de novos servidores. "O Estado vai fazer uma avaliação de tudo isso. Não podemos ser pautados por exigências do sindicato", disse.

Promotor: situação agora é de UTI

A declaração de estado de emergência do Sistema Prisional de Pernambuco é vista com bons olhos pelo promotor da Vara de Execuções Penais, Marcellus Ugiette. Para ele, o assunto, agora, está sendo prioridade. No entanto, o representante do Ministério Público alerta que só isso não é suficiente. É preciso colocar em prática o que está sendo pensado. Já representantes dos Direitos Humanos avaliam que a decisão do Governo foi atrasada. Já os deputados de oposição criticaram.

De acordo com o promotor Marcellus Ugiette, os problemas nos presídios são antigos. "Na emergência e urgência o sistema estava. A situação agora é de UTI. Algumas das medidas ditas ontem já tinham sido anunciadas na posse de Pedro Eurico. O importante é tirá-las do papel", enfatizou.

Para Eleonora Pereira,

representante dos Direitos Humanos, se as providências tivessem sido tomadas, em 2009, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos pediu a interdição do Antigo Aníbal Bruno, hoje Complexo do Curado, o quadro poderia ser outro. O deputado Sílvio Costa Filho, da bancada de oposição, disse que a medida "é um atestado de incompetência com que se geriu a situação nos últimos oito anos".

Saiba mais

SARGENTO - Segundo o Instituto de Criminalística, a morte do sargento Carlo Silveira, ocorrida no último dia 19, no Curado, não foi causada por arma de fogo. O laudo apontou traumatismo decorrente de instrumento cortante, como facão.

Entrevista / Renato Thièbaut - nomeado pelo Governo interventor do presídio de Itaqui

"É um projeto estratégico"

O chefe do Gabinete de Projetos Estratégicos do Governo de Pernambuco, Renato Thièbaut, foi o nome escolhido como interventor do presídio de Itaqui. Sua função será levantar os dados e dar andamento às obras, que estão paradas desde 2012.

Como foi recebida a missão de interventor do presídio?

Recebi a missão com a consciência de que se trata de um projeto estratégico para o nosso estado.

Quais as primeiras medidas?

Precisamos avaliar o projeto que foi executado.

Qual o prazo para concluir todas as etapas da intervenção?

Não é possível precisar qual-

quer prazo sem antes conhecer a situação atual do empreendimento.

Como interventor, o senhor poderá sugerir a dispensa de licitação para a conclusão das obras da unidade. Enquanto gestor público, considera essa dispensa imprescindível para a conclusão dos serviços?

Antes de qualquer coisa, é necessário fazer a análise do que já foi executado.

Aluísio Moreira/SEI



THIÈBAUT: análise antes de estipular prazos

Assunto: Justiça determina que plano de saúde deve autorizar cirurgia para transsexuais	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 30/01/2015
Editoria:	Seção:



Justiça determina que plano de saúde deve autorizar cirurgia para transsexuais

O direito de realizar uma cirurgia de mastectomia (retirada das mamas) de um homem transsexual pelo plano de saúde Amil Assistência Médica Internacional S/A foi garantido através de uma liminar, concedida pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A decisão, tomada pelo desembargador Francisco Eduardo Sertório Canto, ainda assegurará que outros clientes transsexuais do plano de saúde possam realizar procedimentos cirúrgicos que permitam a manutenção da saúde física e mental de pacientes. A multa para o não cumprimento da liminar é de R\$ 1 mil, por dia.

Os promotores de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital, Mavíael de Souza, e de Direitos Humanos da Capital, Maxwell Vignoli, ingressaram com a ação em janeiro de 2014. A recusa do plano de saúde e a demora para a resolução do caso, entretanto, levaram o homem a procurar o Sistema Único de Saúde (SUS), onde conseguiu passar pela cirurgia. O promotor Mavíael de Souza explicou que, neste caso, uma cópia da decisão será enviada à Advocacia-Geral da União, que deverá cobrar judicialmente à empresa Amil o ressarcimento pelos custos do SUS com os procedimentos médicos realizados na rede pública.

Dia Nacional da Visibilidade Trans - No dia 29 de janeiro de 2004, o Ministério da Saúde, em parceria com entidades ligadas aos direitos humanos, lançou uma campanha "Travesti e Respeito". A data, então, ficou marcada como um dia especial na luta pela dignidade e respeito à identidade de gênero da comunidade transsexual.

Assunto: Plano de saúde terá que cobrir procedimento cirúrgico em transexuais	
Veículo: folhape	Data: 30/01/2015
Editoria:	Seção:



Plano de saúde terá que cobrir procedimento cirúrgico em transexuais

Notícia veio em plena semana da visibilidade transexual

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) conseguiu vencer Ação Civil Pública contra o plano de saúde que se negou a realizar mastectomia, cirurgia para retirada da mama, no transexual Leonardo Tenório, de 25 anos, cliente desde 1990. A notícia veio em plena semana da visibilidade transexual. A decisão foi tomada pelo desembargador Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto, do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE), no processo Nº 6609-63.2014.8.17.0000.

A ACP contra o plano de saúde privado Amil Assistência Médica Internacional S.A obriga que a empresa cubra todos os procedimentos cirúrgicos indicados para manutenção da saúde física e mental dos demais clientes em tratamento da transexualidade.

A deliberação do Tribunal abre precedente de acordo com promotor de Justiça de Direitos Humanos da Capital, Maxwell Vignolli. “Para a gente é uma felicidade. A decisão é ligada à dignidade da pessoa humana. Não precisamos seguir um padrão específico. Com o precedente aberto, o processo para os demais transexuais será mais ágil”, relatou.

De acordo com o promotor de Defesa do Consumidor, Maviael de Souza, a empresa tem obrigação de cumprir com o contrato. “Em audiência aqui no MPPE, o representante do plano afirmou que não autorizaria nenhum caso desses”, declarou Maviael. “A negativa feita pelo plano teve um viés discriminatório. Qual o motivo para negar se há uma prescrição médica para isso?”, indagou o jurista. “Temos que acabar com esse tipo de preconceito. O prestador de serviço tem que cumprir seu contrato: tratar das pessoas”, explicou.

Assunto: 'Estado não será refém de sindicato', diz secretário de Direitos Humanos	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 30/01/2015
Editoria:	Seção:



'Estado não será refém de sindicato', diz secretário de Direitos Humanos

Pedro Eurico falou sobre situação de emergência no sistema prisional. Interventor do presídio de Itaquitinga será Renato Thièbaut.



Secretário Pedro Eurico afirma que estado vai avaliar capacidade financeira antes de contratar.
(Foto: Katherine Coutinho / G1)

O secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, afirmou em coletiva de imprensa, nesta quinta-feira (29), que "o Estado não vai ser refém de sindicato", ao ser questionado sobre a necessidade de contratação de mais agentes penitenciários que os 132 anunciados. A entrevista acontece no dia seguinte do anúncio de decretação de estado de emergência no sistema penitenciário do estado.

O secretário destacou que, antes de pensar em um novo concurso, o governo precisa fazer uma avaliação para analisar a real necessidade do sistema e a capacidade do estado de fazer as contratações. "O estado vai fazer uma avaliação do ponto de vista da capacidade financeira do estado. Nós temos uma lei de responsabilidade fiscal no país inteiro. Por outro lado, nós vamos também fazer uma avaliação com relação a curso de adaptação, curso de formação desses agentes também será analisado", aponta Pedro Eurico.

A tecnologia tende a ser uma aliada na questão do funcionamento das novas unidades, demandando possivelmente menos agentes, avalia o secretário. "Se você tem um sistema prisional funcionando celeremente e com todas as suas exigências, hoje do ponto de vista tecnológico em andamento, você não precisa desse número tão exarcebado [de agentes penitenciários]. Nós vamos tocar um projeto político para o sistema prisional, mas o Estado não vai ser refém de sindicato. Sindicato é uma representação dos interesses dos trabalhadores e nós vamos respeitar, vamos conviver, vamos conversar. Agora, nós não vamos ser pautados por exigências de A ou B", afirma.

O secretário lembra ainda que existem outras soluções possíveis para a questão dos agentes penitenciários do estado, além do ponto de vista tecnológico. "Temos agentes para fazer transporte de presos, temos agentes para fazer apresentação de presos nas varas penais, nós temos a garantia do funcionamento interno e da guarda interna dos presos. É função de agente, mas podemos ter opção de associações privadas, o que é que impede? Nada. Tudo isso vai ser avaliado no tempo oportuno", aponta Pedro Eurico.

O secretário destacou ainda que o estado de emergência no sistema prisional facilita a conclusão de obras para ampliar o número de vagas para presos, diminuindo assim a

superlotação. Pedro Eurico reforçou ainda que as "as revistas serão diuturnas, permanentes".

Interventor

Também nesta quinta-feira, Renato Thièbaut foi nomeado o interventor das obras do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, na Zona da Mata Norte do Estado. Ele era assessor especial do governador para assuntos estratégicos. Fruto de uma Parceria Público-Privada (PPP), a obra está parada há cerca de um ano e meio.

A partir de agora, de acordo com o governo, Thièbaut tem seis meses ocupar provisoriamente o imóvel; guardar e proteger o prédio e as instalações; minimizar os prejuízos provocados pela paralisação das obras; realizar os levantamentos, avaliações e perícias para apurar os prejuízos; determinar abertura de processo administrativo para apurar falhas do contrato da concessão; adequar projetos de engenharia, para contratar as obras necessárias para concluir a construção do presídio. Até o momento, o presídio de Itaquitinga tem 62% da estrutura física pronta. A partir de agora a obra deixa de ser uma PPP e passa a ser uma obra pública.

Estado de emergência

O decreto que declarou estado de emergência no sistema prisional de Pernambuco foi assinado na quarta-feira (29). Na semana passada, o Complexo de Presídios do Curado (antigo Aníbal Bruno), o maior de Pernambuco, situado na Zona Oeste do [Recife](#), registrou uma rebelião que durou três dias, deixando o saldo de três mortos e dezenas de feridos. Um sargento da PM foi assassinado durante o motim e um dos detentos foi decapitado.

Os três presídios do Curado têm capacidade para 1.800 presos, mas atualmente abrigam 7.000. No início do mês, um cinegrafista da TV Globo já havia captado imagens de presos utilizando facões e celulares na área comum do complexo. Um vídeo mostrando a realização de festas e fabricação de cachaça artesanal na unidade também foi divulgado. Após as denúncias, o então secretário de Ressocialização, Humberto Inojosa, entregou o cargo. No lugar dele, assumiu o coronel reformado da PM Éden Vespaziano. Em operação realizada nesta quarta (28), celulares, facões e drogas voltaram a ser encontrados nas celas de um dos presídios do complexo.

O decreto assinado pelo governador cria uma força-tarefa envolvendo nove secretarias: Justiça e Direitos Humanos, Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Controladoria Geral, Administração, Gabinete de Projetos Estratégicos e Procuradoria Geral do Estado. Caberá ao grupo alocar recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais e contratar "elaboração de projetos e de execução e supervisão de reformas, adequações e ampliação das unidades prisionais existentes, visando, como prioridade máxima, a criação de novas vagas, bem como a aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento".

Os técnicos também ficam responsáveis por providenciar tratativas com o Governo Federal para a viabilização de financiamento de obras e serviços de reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais e formalização de convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Assunto: Lula Cabral responde críticas e tucano rebate	
Veículo: Blog da Folha	Data: 30/01/2015
Editoria:	Seção:



Lula Cabral responde críticas e tucano rebate

O deputado estadual eleito Lula Cabral (PSB) reagiu às declarações do deputado federal eleito Betinho Gomes (PSDB), que está de saída da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), na Rádio Folha FM 96,7, sobre a administração da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho. Por meio de nota, o socialista disse que “recebeu sem surpresas” as denúncias de Betinho e que as “acusações desesperadas” buscam atrapalhar a postulação do PSB à Primeira Secretaria da Casa. Horas depois, o tucano respondeu as afirmações.

Confira, abaixo, o texto:

Nobre jornalista, recebi sem surpresas as denúncias do Deputado Federal eleito Herbert Lamarck (Betinho Gomes).

Ora, fui Prefeito do Cabo por 8 anos e tive todas as contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

É lamentável, que o Deputado Herbert Lamarck (PSDB) ainda rumine as derrotas sofridas em disputas majoritárias no Cabo de Santo Agostinho.

Muito embora, ele esteja indo assumir o seu mandato em Brasília, não consegue parar de pensar, cegamente, na Prefeitura do Cabo. As eleições ainda serão em 2016 e ele anda ansioso, pois goza da condição de eterno candidato e eterno perdedor.

Betinho, na Assembléia é conhecido por todos por seu azedume e por suas contradições e covardias. Se posiciona de uma forma na tribuna e para imprensa, mas na prática faz o contrário. Em dois mandatos na ALEPE, Betinho só conseguiu conquistar três TROFEUS LIMÃO “honraria” que era dada ao Deputado mais chato da Casa.

Quanto às acusações desesperadas, que buscam atrapalhar a postulação de nosso Partido(PSB) à Primeira Secretaria, estas são frutos do desespero e da inveja, pois é inábil e não possui vida própria, sobrevivendo na política à sombra do Pai, o Prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Elias Gomes.

Do ponto de vista moral, o Deputado Betinho não possui qualquer autoridade, pois na iniciativa privada quebrou sua fábrica de fubá, restando vários processos e no âmbito público, é conhecido como passador de cheques sem fundos, como o de R\$ 365 mil reais, conforme cópia anexa. O cheque foi da campanha de Deputado em 2010, que foi trocado num empréstimo e omitido nas suas prestações de contas de campanha, o que caracteriza o crime eleitoral e de estelionato. Ele é az na arte do calote e um desastre como administrador. **Os processos tramitam na 4ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão.**

Lula Cabral (PSB)

Deputado estadual eleito

Confira a resposta do deputado Betinho Gomes

Como já era de se esperar, o deputado estadual eleito Lula Cabral prefere usar de ataque pessoal, com acusações caluniosas e infundadas, a responder a questões que precisam ser respondidas tanto ao Ministério Público do Estado quanto à população do Cabo de Santo Agostinho, que foi lesada diante das fraudes em vários processos licitatórios no município na época em que foi prefeito.

Ao contrário do que o ex-prefeito diz, as acusações a respeito do cheque são infundadas, uma vez que a minha prestação de contas referente à campanha de 2010 foi aprovada por unanimidade e publicada no Diário de Justiça Eletrônico de n.º 150, pag. 08, em data de 06/12/2010, assim como também foram aprovadas as prestações de contas das campanhas para prefeito em 2012 e deputado federal de 2014 e que se encontram à disposição de qualquer cidadão no site do TSE (www.tse.jus.br).

Volto a insistir na gravidade política de se indicar para o comando da Primeira Secretaria – pasta responsável pelas finanças da Assembleia – alguém que tem contra si várias denúncias de improbidade administrativa apresentadas pelo Ministério Público. Uma das ações, de número 0005348-20.2014.8.17.0370, tramita na Vara da Fazenda Pública do Cabo de Santo Agostinho, relata caso de falsificações grosseiras de assinaturas, documentos públicos fraudados, locação de veículos fantasmas com motoristas que sequer eram habilitados, e tem como primeiro réu e chefe do esquema o ex-prefeito Lula Cabral.

Portanto, na condição de ainda deputado estadual, tenho a obrigação de deixar públicas essas informações para que a população saiba o que esta acontecendo no Parlamento estadual.

Cordialmente,
Betinho Gomes

Assunto: Betinho Gomes, sobre Lula Cabral: “É colocar uma raposa para tomar conta do galinheiro”	
Veículo: Blog da Folha	Data: 30/01/2015
Editoria:	Seção:

BLOG DA FOLHA

Betinho Gomes, sobre Lula Cabral: “É colocar uma raposa para tomar conta do galinheiro”



(Foto: Lucas Melo/Folha de Pernambuco)

De saída da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o deputado federal eleito Betinho Gomes (PSDB) fez um alerta sobre a disputa pelo comando da Casa. Segundo ele, o PSB “comete um grave erro político” ao indicar o deputado estadual eleito Lula Cabral (PSB) para a primeira secretaria do Legislativo estadual.

Segundo ele, o socialista foi denunciado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por supostas irregularidades quando comandava a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho. “É extremamente grave saber que quem vai cuidar das licitações da Assembleia tenha esses problemas”, afirmou o tucano, em entrevista, por telefone, à Rádio Folha FM 96,7 mhz.

Ele citou que, em 12 de agosto de 2014, uma Ação Civil Pública foi ajuizada pelo MPPE por atos de improbidade administrativa. Na ação, que teve como base relatório de auditoria do Tribunal de Contas de Pernambuco, os promotores Mavíael de Souza Silva, Aline Daniela Florêncio Laranjeira e Antônio Fernandes de Oliveira Matos Júnior acusam o socialista de ser o cabeça do que chamam de “esquema criminoso de fraudes em licitações”, montado na Prefeitura do Cabo quando da gestão de Lula Cabral.

“É colocar uma raposa para tomar conta do galinheiro”, disparou Betinho Gomes, acrescentando que, como aliado, tem que fazer o alerta. “Um bom aliado é o que tem sinceridade na palavra. Em política, não cabe um aliado omissivo.”

Betinho Gomes também acrescentou que, apesar de ser adversário de Lula Cabral no Cabo de Santo Agostinho, a sua postura não tem a ver com a disputa local. “Não vou participar da disputa, mas, como cidadão, faço esse alerta. E espero uma reflexão até domingo”.

Ação

De acordo com Betinho, o MPPE, após análise dos processos licitatórios realizados para a locação de veículos, compra de material de expediente, de limpeza e material gráfico, identificou que o esquema atuou em todos esses processos e que, só em 2005, mais de R\$ R\$ 1 milhão foi movimentado ilegalmente pelo grupo de 23 acusados.

Ainda de acordo com o parlamentar, a ação cita que cerca de 40 processos de locação de veículos teriam sido montados com a finalidade de beneficiar o esquema. Ainda segundo o Ministério Público, o modus operandi consistia no “fracionamento de despesas para fugir do processo de licitação”.

“Falsificações grosseiras de assinaturas, documentos públicos fraudados, locação de veículos fantasmas com motoristas que sequer eram habilitados”, são apontados na ação.

A ação, de número 0005348-20.2014.8.17.0370, tramita na Vara da Fazenda Pública do Cabo de Santo Agostinho e pede que os réus, além de devolverem valores que teriam sido desviados, sejam também condenados pela prática de ato de improbidade administrativa, cuja pena é perda dos cargos públicos que estejam ocupando, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos entre outras penalidades, como multa civil de até duas vezes o valor do dano. A reportagem tentou falar com o deputado eleito Lula Cabral, mas não obteve sucesso.